



**GOVERNO FEDERAL
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA PORTADORA DE
DEFICIÊNCIA**



ATA

**ATA SUMÁRIA DA 57ª REUNIÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 15, 16 E 17 DE ABRIL DE 2008**

Local: Procuradoria Geral da República, Auditório, 5º andar

**ATA SUMÁRIA DA 57ª REUNIÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 15, 16 E 17 DE ABRIL DE 2008**

1 Aos dezesseis dias do mês de abril de dois mil e oito, às nove horas, na
2 Procuradoria Geral da República, SAF SUL, Quadra 04, Lote 03, Bloco B, 5º andar -
3 Brasília, foi realizada a Quinquagésima Sétima Reunião Ordinária do Conselho
4 Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência. **1. Abertura da Reunião**
5 **Ordinária:** 1) A reunião foi presidida pelo presidente do CONADE, Dr. **Alexandre**
6 **Carvalho Baroni**, que abriu a reunião saudando todos os presentes. 2)
7 Manifestaram-se: i) **Gilda Pereira de Carvalho** – Subprocuradora Geral da
8 República: Deu boas vindas a todos desejando que a reunião fosse profícua e que
9 as discussões sirvam como encaminhamento para ações efetivas no campo dos
10 direitos da pessoa com deficiência. Necessitou retirar-se da reunião; ii) **Ministro**
11 **Paulo de Tarso Vannuchi** – Secretário Especial de Direitos Humanos:
12 Cumprimentou a todos e fez uma longa explanação sobre a importância dos
13 sessenta anos dos direitos humanos e da revisão do Programa Nacional dos
14 Direitos Humanos, que deverá ser uma soma do que for aprovado por todas as
15 conferências (idosos, deficientes, crianças e adolescentes, etc.); discorreu sobre o
16 dinamismo histórico do conceito de direitos humanos que perpassa as noções de
17 igualdade, liberdade, fraternidade e solidariedade; ressaltou que a luta dos direitos
18 da pessoa com deficiência terá mais força e mais dignidade se estiver inter-
19 relacionada com as demais lutas das minorias no Brasil; lembrou a importância de
20 uma participação democrática e direta, citando como exemplo o CONADE; explicou
21 que a consciência social sobre direitos humanos poderá ser mudada através da
22 educação; ressaltou a importância de levar para as grandes empresas brasileiras o
23 programa de responsabilidade social nominando os direitos humanos, a igualdade
24 racial e a temática das pessoas com deficiência, assunto que será levado para
25 debate com os dirigentes das grandes empresas brasileiras; propôs que o resultado
26 da reunião seja levado para discussão com os três poderes. iii) **Laís Vanessa C. de**
27 **F. Lopes** – Conselheira do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil:
28 Ressaltou que é recente o segmento das pessoas com deficiência na luta dos
29 direitos humanos e que a pauta da agenda política internacional da convenção dos
30 direitos das pessoas com deficiência aprovada pela ONU trouxe visibilidade ao
31 setor; lembrou da necessidade de se nomear as pessoas com deficiência da
32 mesma forma como é importante nomear os direitos humanos; chamou a atenção

33 para que o processo de ratificação das políticas para as pessoas com deficiência
34 ocorra como um processo de aprendizado a partir das experiências dos outros
35 segmentos de direitos humanos, com a divulgação de um documento internacional
36 que seja aplicado com força de lei; pediu a incorporação concreta e explícita do
37 tema nos trinta pontos da campanha dos sessenta anos de direitos humanos. iv)
38 **Maurício Alves Peçanha** – Representante dos Conselhos Estaduais de Minas
39 Gerais: Falou da questão da empregabilidade e das cotas, de acordo com a Lei
40 8213 e com o Decreto 5296; mencionou a importância do encontro do Ministro com
41 as grandes empresas brasileiras, da reabilitação profissional e da adaptação de
42 ambientes para receber a pessoa com deficiência. v) **Antônio Carlos Cardoso** –
43 FENEIS: Ressaltou a importância da campanha dos sessenta anos da declaração
44 universal dos direitos humanos; indagou como será a divulgação em espaços
45 públicos e em instituições de ensino superior do Programa Nacional de Direitos
46 Humanos; relatou a dificuldade de atendimento enfrentada pelos surdos e mudos.
47 vi) **Waldir Macieira Filho** – AMPID: Expôs a importância de se ressaltar a
48 expressão direitos humanos e de ainda existir uma invisibilidade em relação à
49 pessoa com deficiência nas políticas públicas, pois a questão ainda não foi
50 apropriada por todo o governo, por todo o Estado; lembrou que o descumprimento
51 das Leis que abordam o assunto ainda é uma constante; colocou a importância da
52 igualdade material para que a pessoa com deficiência possa exercer com plenitude
53 a sua cidadania. vii) **Márcio Castro de Aguiar** – CMDPD: Ressaltou as diferenças
54 regionais em se tratando do assunto pessoas com deficiência; endossou a
55 importância de citar nominalmente as questões relativas às pessoas com deficiência
56 no rol dos direitos humanos; ressaltou também a questão da ambientação de
57 pessoas no cumprimento da Lei de cotas; falou da urgência de transformação da
58 CORDE para que tenha maior articulação no seu status para a subsecretaria;
59 alertou sobre a importância da ratificação da convenção e do estatuto, colocando-se
60 à disposição do Ministério para fazer as articulações parlamentares necessárias a
61 essa ratificação. 3) Na seqüência o **Ministro Paulo de Tarso Vannuchi** comentou
62 as indagações dos presentes e, desculpando-se por não mais poder permanecer na
63 reunião devido a um problema de saúde, afirmou que o que for discutido na reunião
64 será cumprido; agradeceu a todos e se despediu.

65
66

67 **2. Assinatura do Termo de Adesão da Campanha da Acessibilidade pela**
68 **Editora Microlins Brasil Ltda.:** 1) O assunto foi apresentado por **José Carlos**
69 **Semenzato** – Presidente da Microlins que cumprimentou a todos; disse acreditar
70 que sua empresa pode contribuir para as questões relevantes para as pessoas com
71 deficiência, pois a Microlins tem por meta preparar para o primeiro emprego e
72 melhorar o potencial de quem já está no mercado de trabalho; disse que por meio
73 desse tratado de adesão espera dar mais visibilidade às escolas da rede fazendo
74 com que se tornem mais acessíveis às pessoas que tem alguma deficiência,
75 procurando assemelhar as oportunidades para todos; agradeceu. 2) Manifestaram-
76 se: i) **Alexandre Carvalho Baroni** – Presidente do CONADE: Relatou que esse
77 termo marca o avanço dos trabalhos do CONADE ao campo empresarial, pois a
78 preparação para o trabalho é um dos pontos chaves na inserção no mercado das
79 pessoas com deficiência; agradeceu a oportunidade e também poder contar com o
80 apoio da Microlins.

81 **3. Aprovação da Ata da 56ª Reunião Ordinária:** 1) **Alexandre Carvalho Baroni**
82 propôs que a Ata não fosse aprovada por conter muitas falhas; sugeriu que cada
83 Conselheiro lesse a Ata, fizesse as correções que forem pertinentes e
84 encaminhasse para a Secretaria Executiva. Dessa forma, a ata da 56ª Reunião
85 Ordinária seria aprovada na próxima reunião. 2) Manifestaram-se: i) **Adilson**
86 **Ventura** – União Brasileira de Cegos: Propôs que fosse aferido o quorum da
87 reunião. ii) **Denise Costa Granja** procedeu à aferição do quorum da reunião.
88 Estavam presentes: **Sociedade Civil:** Claudia Fonseca Pereira (ABMFR), Maria do
89 Carmo Tourinho (ABRA), Márcia Patrícia de Araújo (ABRASO), José Veríssimo da
90 Silva (Ministério dos Transportes), Maurício Alves Peçanha (CONPED/MG), Maria
91 Thereza A. Antunes (CONED/PE), Márcio Castro de Aguiar (CMDPD/Niterói), Maria
92 José de Freitas (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome), Marcos
93 C. de Souza Bandeira (Ministério dos Transportes), Andréa Duarte Lins (Ministério
94 da Saúde), Denise Costa Granja (Ministério das Comunicações), Fernando A. M. de
95 C. Ribeiro (Ministério das Relações Exteriores), Kátia Aparecida M. Barbosa
96 (Ministério da Educação), Ermelinda Christiane A. de Paula (Ministério da
97 Previdência Social). **Órgãos do Governo:** Mariana Bandeira de Mello (Casa
98 Civil/PR), Valdenora da Cruz Rodrigues (MOHRAN), Laís Vanessa C. de F. Lopes
99 (OAB), Maria Naíse de Moraes Pedrosa (ONEDEF), Adilson Ventura (UBC),
100 Ronaldo Tavares da Silva (FEBEC), Adinilson M. dos Santos (FENAPAE), Sandra
101 Marinho Costa (FENAPAE), Lizair de Moraes Guarino (FENASP), Antonio Carlos

102 Cardoso (FENEIS), Isaias Dias (CUT), Hugo M. Pandolfo (FBAS/DOWN), Maria
103 Aparecida Gurgel (AMPID), Waldir M. Filho (AMPID), Lucia M. P. Zacheu (APABB),
104 Janilton F. Lima (CNC). **Ausências Justificadas:** Flávio Henrique de Souza (CUT),
105 Joelson Costa Dias (OAB), Ângela Bauchumann (Confea), Isabel Maria Madeira
106 (Secretaria de Direitos Humanos), Niusarete Margarida de Lima (Secretaria de
107 Direitos Humanos/PR), Érika Pisaneschi (Ministério da Saúde), Luis Carlos de Lima
108 (Ministério das Cidades), Fernando Antônio (Ministério das Cidades), Eloísa Elena
109 Cangiane (Ministério da Ciência e Tecnologia), Ana Maria Barbosa (Ministério dos
110 Transportes), Marcos Cordeiro de Souza Bandeira (Ministério dos Transportes),
111 Rogério Lopes Costa Reis (Ministério do Trabalho e Emprego), Kátia Aparecida
112 Barbosa (Ministério da Educação), Denise de Oliveira Alves (Ministério da
113 Previdência Social), Maria Madalena Nobre (Ministério do Turismo), Rafael Moreira
114 de Aguiar (Ministério da Justiça), Carlos Ajur Cardoso Costa (FEBEC), Shirley
115 Vilhalva (FENEIS). Foi constatado que existia quorum com vinte e dois
116 participantes. iii) **Márcio Castro de Aguiar** – CMPDP/Niterói: Pediu a palavra, pela
117 ordem, para que fossem encaminhadas aos órgãos competentes do governo as
118 faltas constatadas de pessoas a reunião para que possam ser substituídas, ou que
119 sejam tomadas outras medidas cabíveis. iv) **Alexandre Carvalho Baroni** –
120 Presidente do CONADE: Submeteu ao plenário a proposta de que a Ata seja
121 corrigida e votada na reunião seguinte. Proposta aprovada. v) **Laís Vanessa C. de**
122 **F. Lopes** – OAB: Informou que já foi encaminhada através do Conselheiro Joelson
123 Dias a proposta de alteração na Ata em falas específicas; reforçou a importância de
124 que todos leiam as Atas cuidadosamente; propôs que aconteça um ato burocrático
125 e uma reunião para entrega de um pacote de medidas oriundos das deliberações da
126 conferência como forma de reforçar a importância do CONADE e a participação dos
127 Conselheiros governamentais.

128
129
130 **4. Aprovação da Proposta de Pauta 57ª Reunião Ordinária:** 1) A pauta foi
131 aprovada pelo Plenário. 2) Manifestaram-se: i) **Waldir Macieira Filho** – AMPID:
132 Informou que no dia vinte e quatro de janeiro de dois mil e nove será realizado o
133 Fórum Social Mundial em Belém e que gostaria de contar com a presença do
134 CONADE no evento. ii) **Cláudia Fonseca Pereira** – Associação de Medicina Física
135 e Reabilitação: Lembrou de avisar ao Ministro Vannuchi de colocar no Programa
136 Nacional dos Direitos Humanos a ratificação da convenção da ONU. iii) **Alexandre**

137 **Carvalho Baroni** – Presidente do CONADE: Sugeriu que este assunto seja
138 trabalhado pela Comissão de Atos e que esta apresente uma proposta. Foi
139 apresentado o vídeo da campanha dos direitos humanos.

142 **5. Informes das Comissões Permanentes:**

143 **1) Comissão de Políticas Públicas:** Foi feita a apresentação do Relatório desta
144 Comissão por Márcio Maurício, intérprete do Conselheiro **Adnilson M. dos Santos**,
145 conforme segue: **1) Leitura de Ata da Reunião Extraordinária:** Nos dias vinte e
146 seis e vinte e sete de março, reuniu-se a Comissão de Políticas Públicas com a
147 presença dos seguintes membros: FENAPAE – Sandra Marinho, FENASP/CUT –
148 Isaías, APABB – Lúcia Zaqueu. **2) Encaminhamento:** Os trabalhos foram
149 presididos pela Conselheira Sandra; foi estudado o regimento interno do CONADE
150 fazendo anotações para serem encaminhadas à presidência; os processos de
151 número 10/2004, 48/2006, 14/2005, 48/2006, 41/2006, 51/2006, 54/2007, 58/2007,
152 64/2007, 40/2006 e 57/2007 foram encaminhados para a Secretaria Executiva do
153 CONADE para que tome providências; os processos de número 13/2005, 43/2006,
154 46/2006 e 59/2007 foram finalizados com encaminhamento ao arquivo; o processo
155 de número 61/2007 foi encerrado; constatou-se que falta localizar trinta e dois
156 processos para dar prosseguimento às deliberações; todos os assuntos de
157 responsabilidade da Comissão de Políticas Públicas deverão ser enviados aos seus
158 membros via e-mail pela Secretaria Executiva, tarefa a cargo do funcionário José
159 Carlos; os processos cuja deliberação dependem de providência junto a CORDE
160 serão encaminhados por e-mail a este órgão como forma de agilizar a sua
161 resolução; durante os trabalhos desta comissão foi priorizada a análise dos
162 processos mais antigos. **3) Deliberação:** a Ata foi aprovada por unanimidade pelo
163 Plenário. **4) Leitura da Ata da Reunião Ordinária:** No dia quinze de abril, reuniu-se
164 a Comissão de Políticas Públicas com a presença dos seguintes membros: MDS –
165 Maria José, Ministério da Saúde – Andréa Duarte, MEC – Kátia Barbosa, Ministério
166 da Previdência – Ermelinda, APABB – Lúcia Zaqueu, FENAPAE – Sandra Marinho,
167 FENAPAE – Adnilson, ABRASO – Márcia Patrícia, FENASP – Ester e FENASP –
168 Lizair. **5) Encaminhamento:** A Conselheira suplente Sandra fez um relato sobre os
169 encaminhamentos da Reunião Extraordinária anterior; foram resgatados os
170 processos de 2004, 2005, 2006 e 2007 pendentes; a FENAPAE participou da
171 reunião da presidência ampliada que aconteceu no dia 14 de abril e fez um relato

172 sobre as reformulações a serem feitas no regimento do CONADE para a próxima
173 eleição que acontecerá na segunda Conferência dos Direitos da Pessoa com
174 Deficiência entre os dias primeiro e quatro de dezembro de dois mil e oito; eleição
175 da coordenação da Comissão de Políticas Públicas; foi solicitado que se esperasse
176 a presença do Conselheiro titular Adnilson da FENAPAE, que se candidatou, para
177 assumir a coordenação; a apreciação dos pareceres será iniciada a partir dos
178 processos mais antigos; mensagem eletrônica da Associação de Pacientes e
179 Profissionais de Saúde relacionados à pacientes portadores de doenças
180 neuromusculares, tendo como Relatora a Conselheira Sheila Miranda do Ministério
181 da Saúde; o Ministério da Saúde, por meio do Departamento de Atenção
182 Especializada-DAE, enviou uma nota informativa à Comissão de Políticas Públicas
183 para análise do parecer relatando que há uma comissão estudando ampliação de
184 políticas públicas para a área e traçando diretrizes para a elaboração de uma
185 Portaria que regulamentará as novas normatizações; a Secretaria Executiva do
186 CONADE deverá encaminhar até vinte e três de abril uma cópia do processo ao
187 Departamento de Atenção Especializada do Ministério da Saúde para que sejam
188 atualizadas as informações do ofício enviado ao CONADE em vinte de novembro de
189 dois mil e seis, afim de que seja elaborada resposta ao órgão solicitante. Este
190 processo deverá ser aprovado na próxima reunião que acontece em junho de dois
191 mil e oito; as deliberações da Conferência deverão ser separadas por área e deverá
192 ser solicitado a Secretaria Executiva do CONADE o seu encaminhamento aos
193 órgãos competentes; o processo de número 70/2008, como sugestão da Federação
194 Gaúcha de Ostomizados, solicita que a Secretaria Executiva envie resposta ao
195 documento apresentado; mensagem eletrônica do Sr. Alex Garcia acerca de
196 políticas públicas para pessoas surdas cegas; deverão ser encaminhados ao Sr.
197 Gaspar os pareceres elaborados nas áreas de educação e saúde e cópia do edital
198 da convocação da sociedade civil para tomar assento no CONADE; foi iniciado o
199 processo de eleição ficando estabelecido que Adinilson Marins será o coordenador
200 da Comissão de Políticas Públicas. **6) Intervenções:** i) **Denise Costa Granja** –
201 Ministério das Comunicações: sugeriu que cada Comissão, ao fazer um
202 encaminhamento para que a Secretaria Executiva do CONADE responda, já faça
203 também uma minuta dessa resposta; ii) **Alexandre Carvalho Baroni** – Presidente
204 do CONADE: relatou que a Comissão de Políticas Públicas ficou prejudicada em
205 função de vários fatores e questões administrativas, mas que agora retomará seus
206 trabalhos de forma mais efetiva; iii) **Isaías Dias** – CUT: indagou se a suplente,

207 enquanto acompanhante, virá para as reuniões com as despesas pagas pelo
208 CONADE; **Adinilson M. dos Santos** – FENAPAE: explicou que a Dra. Sandra, sua
209 acompanhante, reside em Brasília e não terá as despesas pagas pelo CONADE.
210 Isso só ocorrerá quando ela vier às reuniões como suplente; **Adilson Ventura** –
211 UCB: esclareceu que em sua opinião tanto a Dra. Sandra quanto qualquer outra
212 pessoa que venha a acompanhar algum membro do CONADE que precise desse
213 auxílio deve ter as despesas pagas; **Márcio Castro de Aguiar** – CMDPD/Niterói:
214 afirmou que o conselheiro que necessitar e assim o solicitar deve ter um
215 acompanhante com despesas pagas pelo CONADE e que se deve diferenciar
216 apenas o acompanhamento e a suplência; **Maria do Carmo Tourinho** – ABRA:
217 alertou que o suplente só substitui a pessoa na reunião e não em seus cargos no
218 Conselho; **Ronaldo Tavares da Silva** – FEBEC: concordou com o posicionamento
219 de Adilson e Maria do Carmo, solicitou que Isaías esclarecesse o seu
220 questionamento; **Isaías dias** – CUT: relatou que a sua dúvida é se o suplente pode
221 vir como acompanhante. Foi constatado que sim; **Adilson Ventura** – UBC:
222 esclareceu que não há problema em um membro da Comissão trazer um
223 acompanhante para a reunião e que este também exerça a função de suplente;
224 afirmou que o que não pode é que um suplente assuma cargos dentro da estrutura
225 do Conselho; **Murilo José S. Silva** – FENASP: afirmou não haver problema em que
226 o acompanhante também seja deficiente, se esta deficiência não impedir que
227 exerça a sua função de auxílio; corroborou a opinião de não ver empecilhos para
228 que o acompanhante seja também suplente; **Alexandre Carvalho Baroni** –
229 Presidente do CONADE: resumiu o assunto esclarecendo que se o Conselheiro
230 viaja com um acompanhante ele deverá vir à reunião com este acompanhante e
231 não com o seu suplente fazendo às vezes de acompanhante. Solicitou ao Sr.
232 Adinilson que especifique que combinação ele usará relativamente a este assunto;
233 **Adinilson M. dos Santos** – FENAPAE: esclareceu que no CONADE a Sra. Sandra
234 além de sua suplente é a sua acompanhante. **Alexandre Carvalho Baroni** –
235 Presidente do CONADE: expôs que é preciso tomar cuidado com os limites de
236 atuação da Sra. Sandra em relação ao acompanhamento e à suplência, devido às
237 questões administrativas do Conade. Disse não ver problemas que a suplente
238 esteja na reunião do conade com o conselheiro Adinilson, mas que é preciso
239 cuidado para identificar até onde vai a suplência e até onde vai o apoio da
240 conselheira Sandra nas atividades exercidas pelo conselheiro Adinilson. Disse estar
241 claro que a suplência é uma coisa e o apoio é outro, se a conselheira Sandra está

242 na reunião identificada como apoio ela não assumirá as funções do conselheiro
243 Adinilson como faria no caso de suplência. **7) Deliberação:** a Ata foi aprovada por
244 unanimidade pelo Plenário.

245 **2) Comissão de Comunicação Social:** A apresentação do Relatório desta
246 Comissão foi feita pelo Conselheiro **Janilton F. Lima**. **1) Leitura do relatório:** Ele
247 relatou que na reunião anterior apresentou um projeto, trazido ao CONADE pela
248 empresa FAGA, de que no período de quinze a dezessete de agosto seja realizado
249 um encontro nacional de reabilitação e acessibilidade com a apresentação de novas
250 tecnologias para pessoas com deficiência. Eles indagaram se o CONADE poderia
251 dar apoio institucional ao evento. Da mesma forma será realizada em Brasília pelo
252 Movimento Livre, no período de seis a oito de fevereiro de dois mil e nove, uma feira
253 de acessibilidade e inclusão, uma feira de negócios com exposição de produtos
254 direcionados a pessoas com deficiência onde também é solicitado o apoio
255 institucional do CONADE para a realização do evento, conforme explicou o Sr.
256 **Ronald Carvalho** do Movimento Livre. i) **Denise Costa Granja** relatou que quanto
257 às deliberações de número 10 e 217 da Conferência Nacional que ficaram a cargo
258 da Comissão de Comunicação Social chegou-se ao entendimento de que deveriam
259 ser tratadas na Comissão de Políticas Públicas. ii) **Maria do Carmo Tourinho**
260 esclareceu que foi criado um grupo de trabalho para tratar do assunto e no prazo de
261 três meses será apresentado um relatório. iii) **Denise Costa Granja** esclareceu que
262 após esse encaminhamento a Comissão de Comunicação Social fará as
263 divulgações necessárias. Com relação às deliberações de número 61 e 140 houve o
264 entendimento de que os assuntos deveriam ser tratados pela Comissão de Atos
265 Normativos. Ela solicitou esclarecimento sobre a deliberação número 187 que
266 solicita que sejam divulgados para a sociedade os serviços e as comissões de
267 transporte. A deliberação 185 de presença de mercúrio nas vacinas de rubéola e a
268 possibilidade de alergia foi sugerida que fossem feitos testes antialérgicos. Com
269 relação às deliberações 80, 97 e 181 houve o entendimento de que não há mais
270 necessidade em se divulgar mais o decreto 2596 de 2004 e sim fiscalizar o
271 cumprimento do mesmo. A deliberação 184 resultou na sugestão de que o DETRAN
272 faça mais campanhas para prevenir outras deficiências. A deliberação 154 propõe
273 divulgação ampla das tecnologias assistivas que estão sendo desenvolvidas nas
274 universidades brasileiras. **2) Intervenções:** i) **Márcio Castro de Aguiar:** esclareceu
275 que a deliberação da acessibilidade nos transportes diz respeito à criação de uma
276 comissão estadual e municipal para discutir o tema de forma regional. ii) **Maurício**

277 **Alves Peçanha:** ressaltou que vários municípios estão criando a comissão de
278 transportes, conforme determinado em decreto. iii) **Cláudia Fonseca Pereira:** relata
279 que não é viável a relação de testes antialérgicos para as vacinas e que o mercúrio
280 é uma substância tóxica para todo mundo. Sugeriu que fosse usada outra vacina
281 sem mercúrio. iv) **Maria do Carmo Tourinho:** disse que existem estudos que
282 associam essas vacinas com mercúrio ao autismo. v) **Ronaldo Tavares da Silva:**
283 falou da importância da divulgação do decreto 5296 e de uma fiscalização maciça
284 de seu cumprimento. vi) **Denise Costa Granja:** disse que se deve mudar a questão
285 da presença de mercúrio nas vacinas, trocando o tipo de vacina e averiguando o
286 resultado da pesquisa que a associa ao autismo. **3) Deliberação:** a ata foi aprovada
287 por unanimidade pelo Plenário.

288 **3) Comissão de Articulação de Conselhos: 1) Apresentação:** O Conselheiro
289 **Márcio Castro de Aguiar**, em documento que foi lido pelo Conselheiro **Isaías Dias**
290 relatou que a pauta da reunião passada tratou da lei do CONADE, as deliberações
291 da Conferência e os encaminhamentos de articulações com os conselhos
292 estaduais. Na próxima reunião do CONADE serão apresentadas as propostas
293 sistematizadas. Os encaminhamentos das deliberações são: suspensão provisória
294 da realização dos seminários regionais de capacitação dos conselhos estaduais e
295 municipais até 2008, sendo retomados em 2009, para acompanhamento de forma
296 direta das conferências estaduais; elaborar um documento oficial sobre a
297 necessidade das comissões permanentes de acessibilidade; enviar ofício para os
298 conselhos estaduais e municipais sobre as coordenadorias; agendar visitas aos
299 conselhos nacionais para garantir a inclusão de pessoas com deficiência em suas
300 políticas; oficializar os presidentes dos Tribunais de Justiça comunicando as
301 deliberações da primeira Conferência e verificando a possibilidade de criação de
302 varas específicas para as pessoas com deficiência; consultar a Comissão de Atos
303 Normativos sobre a possibilidade de reverter para os fundos do Conselho as multas
304 decorrentes do não cumprimento das normas da acessibilidade; recomendar aos
305 conselhos estaduais e municipais que participem das questões orçamentárias;
306 recomendar aos conselhos o cumprimento da lei de acessibilidade; fazer articulação
307 com o IBGE para que no próximo censo obtenham-se amostras de pessoas com
308 deficiência; promover encontros entre pessoas com deficiência e envolvê-las nos
309 processos de inclusão social através de espaços a serem criados pelos conselhos
310 estaduais e municipais; exigir da iniciativa privada transporte coletivo acessível
311 dotado de rampas e espaços para cadeira de rodas obedecendo ao Decreto

312 5296/2004; realizar contratos de concessão para empresas de transporte coletivo;
313 criar mecanismos para o cumprimento das leis de acessibilidade vigentes;
314 recomendar o cumprimento da lei aos conselhos municipais e estaduais e requerer
315 ao Ministério Público. Todas as deliberações analisadas na Comissão de
316 Articulação dos Conselhos são estruturadas para os conselhos estaduais e
317 municipais. Há uma grande preocupação em relação aos trabalhos nos conselhos.
318 Por isso optou-se por interromper os seminários e fazer uma articulação com os
319 conselhos a fim de verificar a real situação de cada estado, objetivando o
320 cumprimento da lei, orientando parcerias que possam ser feitas. Em maio e junho
321 serão feitas visitas a vinte e sete Estados. **2) Intervenções:** i) **Waldir Macieira**
322 **Filho** comentou que o termo usado junto ao Ministério Público deverá ser requerer
323 ou solicitar, pois recomendar é um termo que pressupõe competência específica. iii)
324 **Márcio Castro de Aguiar** solicitou que o Presidente do CONADE faça um
325 esclarecimento sobre a questão da necessidade de articulação. iii) **Alexandre**
326 **Carvalho Baroni** complementou que atualmente há problemas em grande parte
327 dos conselhos estaduais, principalmente em suas estruturas. Propôs que o
328 CONADE se antecipe ao problema e faça visita aos conselhos. iv) **Denise Costa**
329 **Granja** ponderou que todos os ofícios sejam assinados pelo Presidente do
330 CONADE como forma de melhorar a organização do processo. v) **Márcio Castro**
331 **de Aguiar** indagou se as recomendações numeradas são elaboradas pela
332 Comissão de Atos. vi) **Waldir Macieira Filho** falou que poderá contribuir com a
333 formatação e a linguagem jurídica das recomendações, mas que o conteúdo deve
334 ser elaborado por cada Comissão. vii) **Márcio Castro de Aguiar** sugeriu que fosse
335 feita recomendação única aos conselhos municipais. viii) **Denise Costa Granja**
336 solicita esclarecimento sobre fortalecimento de conselhos. ix) **Márcio Castro de**
337 **Aguiar** entendeu que a contribuição da Comissão de Articulação é fazer a
338 interlocução junto aos conselhos estaduais. x) **Denise Costa Granja** disse não ter
339 entendido como será o acompanhamento direto, se existe recursos para tal. xi)
340 **Waldir Macieira Filho** sugeriu que além do Presidente do CONADE, conforme as
341 condições financeiras do Conselho, fosse para as conferências estaduais um
342 representante da Comissão de Articulação. xii) **Denise Costa Granja** sugeriu que
343 se colocasse a proposta em votação. xiii) **Márcio Castro de Aguiar** esclareceu que
344 pode ser a comissão ou um representante dela; ponderou que no momento da visita
345 aos conselhos estaduais seja articulado um momento para os conselhos municipais
346 que se disponham a esse encontro. xiv) **Maurício Alves Peçanha** alertou que há

347 um prazo para a realização das conferências estaduais e municipais; propôs que o
348 CONADE já encaminhe em forma de deliberação não só a questão da Comissão de
349 Articulação de Conselhos, mas de todas as comissões; disse ter uma preocupação
350 por achar que o tempo é curto para conseguir um sucesso em relação às
351 conferências estaduais e municipais; sugere que não vá apenas um representante
352 da Comissão de Articulação e sim todos, se possível, pois a Conferência Nacional
353 será um sucesso se as estaduais e municipais também o forem. Seguiu-se um
354 extenso debate a respeito da ida do CONADE aos Estados ou da vinda dos
355 presidentes dos conselhos estaduais para uma reunião em Brasília. xv) **Janilton F.**
356 **Lima** relatou a cassação das concessões no caso dos transportes e suas
357 implicações. xvi) **Adinilson M. dos Santos** indagou ao Márcio e ao Isaías sobre a
358 existência de varas específicas nos Tribunais de Justiça para pessoas com
359 deficiência. xvii) **Márcio Castro Aguiar** explicou que esta é uma deliberação da
360 Conferência que ele vê com preocupação, mas que foi acatada pelo Supremo
361 Tribunal de Justiça, o que significa que os Tribunais inferiores devem acatar da
362 mesma forma. xviii) **Laís Vanessa C. de F. Lopes** disse que varas específicas para
363 pessoas com deficiência só são viáveis em grandes comarcas, com grande
364 demanda. xix) **Alexandre Baroni** conclui que há consenso em trazer para Brasília
365 os conselhos estaduais, o que não impede que o CONADE possa ir a alguns
366 Estados. Sugere que se proceda da seguinte forma: o CONADE solicita a vinda dos
367 conselhos estaduais para uma reunião que discutirá qual é a situação de cada
368 conselho e da conferência estadual naquele conselho. O critério para participação
369 dos conselhos estaduais nessa reunião seria a apresentação de documentação que
370 comprove o seu funcionamento. Nesta reunião cada conselho deverá expor quando
371 ocorrerão as conferências estaduais, como elas serão organizadas, dentre outros.
372 Caso se constate algum problema o CONADE irá então ao estado específico. Além
373 disso, o CONADE estará presente nos estados por ocasião das conferências
374 estaduais, oportunidade em que poderá ter clareza, como espectador, de como as
375 coisas estão acontecendo. Quanto aos conselhos estaduais que não participarem
376 da reunião por falta de documentação receberão uma visita do CONADE para
377 averiguar sua real situação. **3. Deliberação:** A proposta com relação à situação da
378 Conferência é submetida a Plenário e aprovada por unanimidade. **4. Intervenções:**
379 Quanto à apreciação do restante do relatório da comissão de articulação. i) **Waldir**
380 **Macieira Filho** indagou se a questão dos juzizados especiais direcionados à pessoa
381 com deficiência fazem parte da deliberação. ii) **Márcio Castro de Aguiar** respondeu

382 que é sim uma deliberação da Conferência, que recomenda que o ofício seja
383 enviado aos presidentes dos Tribunais para que analisem a possibilidade de
384 cumprimento dessa deliberação. iii) **Waldir Macieira Filho** esclareceu que o
385 Congresso Nacional é que seria o responsável pela criação de uma lei específica
386 criando o juizado especial. iv) **Márcio Castro de Aguiar** ponderou que não se trata
387 de juizado e sim varas específicas para pessoas com deficiência. Assim um
388 encaminhamento não anularia o outro. v) **Waldir Macieira Filho** solicitou vistas do
389 caso para análise mais apurada. **4. Deliberação:** o relatório da Comissão de
390 Articulação de Conselhos é aprovado pelo Plenário.

391 **4) Comissão de Atos Normativos: 1. Apresentação:** A Conselheira **Laís**
392 **Vanessa C. de F. Lopes** fez a relatoria da comissão a pedido e por delegação da
393 Coordenadora Maria Aparecida Gurgel que teve que se ausentar. Deliberação
394 extraordinária que trata de elaborar proposta de minuta para ser levada ao Ministro
395 de como impulsionar o processo de ratificação da convenção da ONU. Informou em
396 que trâmite está a convenção no Congresso Nacional. Alertou que a comissão
397 especial que foi criada para aprovar, apreciar a convenção e seu protocolo
398 facultativo com trinta e seis vagas ainda está com doze vagas ociosas, aguardando
399 nomeação de líderes. É preciso mais mobilização para completar a formação desta
400 comissão. O encaminhamento deste assunto sugere enviar ao Ministro Paulo
401 Vannuchi um ofício para que seja dada mais visibilidade ao segmento das pessoas
402 com deficiência; solicitar ao Ministro a elaboração e publicação de artigo ou nota
403 pública, assinada em conjunto com a presidência do CONADE, ressaltando a
404 importância do tema; requerer que seja agendado um seminário na Câmara dos
405 deputados até julho de 2008 sobre o tema da ratificação e implementação da
406 convenção como forma de impulsionar e sensibilizar esse processo no Congresso
407 nacional. **2. Intervenções:** i) **Alexandre Carvalho Baroni** sugeriu que este
408 encaminhamento seja por meio de um memorando e não de um ofício, pois sai de
409 um órgão da Secretaria para o secretário. Indagou como seria esse seminário com
410 relação ao processo de ratificação. ii) **Laís Vanessa C. de F. Lopes** afirmou que a
411 idéia de fazer o seminário em junho aproveita a presença dos conselheiros do
412 CONADE que estarão em Brasília por ocasião da reunião do conselho. Ela alerta
413 que quando for montado o comitê de monitoramento para acompanhar o tratado
414 não vai haver brasileiros em sua composição, pois os membros deverão ser países
415 que já tenham concluído o processo de ratificação. Sugeriu que fosse usado o
416 termo audiência pública e não seminário para o processo. iii) **Waldir Macieira Filho**

417 sugeriu que seja feita uma caminhada até o Congresso para dar visibilidade à
418 causa. iv) **Cláudia Fonseca Pereira** afirma que deveriam fazer alguma
419 manifestação no dia três de maio. v) **Márcio Castro de Aguiar** propôs que no dia
420 treze de maio, aproveitando a reunião com os conselhos estaduais, seja realizada a
421 audiência pública para dar maior dimensão ao acontecimento. vi) **Laís Vanessa C.
422 de F. Lopes** pondera que o dia quatorze seria mais propício por cair em uma quarta
423 feira e daí ser mais fácil mobilizar os participantes. vii) **Márcio Castro de Aguiar**
424 disse que se deve construir a composição da comissão especial dentro da Câmara,
425 e se possível antes da audiência pública. viii) **Laís Vanessa C. de F. Lopes** sugeriu
426 que no dia três de maio seja feita a caminhada ao Congresso Nacional e que cada
427 Estado junte suas entidades locais e faça o mesmo regionalmente. ix) **Patrícia
428 Almeida** relatou que no dia três de maio deverá haver articulação também em
429 outros países. x) **Isaías Dias** afirmou que a CUT aproveitara as atividades do dia
430 primeiro de maio para colher assinaturas, sugerindo que o CONADE se articule com
431 outras centrais sindicais para fazer o mesmo já que a data congrega grande volume
432 de pessoas em lugares específicos. Sugere também uma articulação do CONADE
433 com outras entidades para que a audiência pública ganhe maior visibilidade. xi)
434 **Márcio Castro de Aguiar** afirmou que é preciso haver comprometimento com a
435 divulgação e coleta de assinaturas. Sugeriu que seja feito um material institucional
436 para servir de base para a coleta de assinaturas. xii) **Cláudia Fonseca Pereira**
437 sugeriu que a Sra. Laís redija um texto com o que deve ser lembrado e falado no
438 momento da coleta das assinaturas e que esse texto seja enviado para os membros
439 do Conselho. **3. Deliberação:** o relatório da Comissão de Articulação de Conselhos
440 é aprovado pelo Plenário. **5. Encerramento do primeiro dia da 57ª Reunião
441 Ordinária do CONADE. 6. Aos dezessete dias do mês de abril de dois mil e
442 oito foi realizado o segundo dia da 57ª Reunião Ordinária do CONADE.**
443 **Alexandre Carvalho Baroni** retomou a reunião com a continuação da
444 apresentação da Comissão de Atos. i) **Ronaldo Tavares da Silva** solicitou uma
445 verificação de quorum. ii) **Denise Costa Granja** procedeu a contagem dos
446 presentes que somaram vinte pessoas. iii) **Alexandre Carvalho Baroni** ofereceu a
447 palavra aos presentes que quisessem consignar a presença. Pronunciaram-se:
448 Márcia Muniz (Secretaria de Governo do DF), representando o Secretário de
449 Governo Raimundo Ribeiro; Martha Santos (SEJUS/CORDE/DF); César Pessoa
450 Melo (Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania/DF), representando o
451 Secretário Raimundo Ribeiro; Priscila (Assessoria da Secretaria de Políticas Sociais

452 da CUT/SP), acompanhando o Isaías; Paulo Vitor Barbosa (Secretário de Governo
453 do DF), representando o Governo do Distrito Federal; Sérgio Pimentel (CORDE);
454 Maria de Fátima Amaral (CODED); Ivoneide Damasceno (CMDPPD); Ester Alves
455 Pacheco (FENASP); Karla Mendes Batista (Conselho de Defesa dos Direitos da
456 Pessoa com deficiência), acompanhando a presidente da instituição; Rose Valente
457 (CORDE); Creuza Santana da Silva (FENEIS), acompanhando o Conselheiro
458 Antônio Cardoso; Maria de Fátima Fernandes Barbosa (ONEDEF), acompanhando
459 Nair Pedrosa. iv) **Marcos C. de Souza Bandeira** chamou a atenção da mesa, pois
460 na relação de conselheiros governamentais tem colegas que não virão mais ao
461 CONADE. 7. **Laís Vanessa C. de F. Lopes** procedeu a leitura do relatório da
462 Comissão de Atos: 1) A comissão recebeu um ofício sem número da senhora
463 Valdenora Cruz Rodrigues com a relação de oitenta e uma pessoas atingidas pela
464 hanseníase e que tiveram seus membros amputados. Encaminhamento: a relação
465 será remetida ao procurador da República Roberto Farah Torres, que investiga a
466 questão. 2) A pedido do Conselheiro Joelson Dias e da conselheira Laís Lopes foi
467 determinada a criação de uma comissão Especial dos direitos da pessoa com
468 Deficiência no Conselho Federal da OAB. A nomeação foi feita através de uma
469 Portaria do dia trinta e um de março de dois mil e oito, cujo presidente é Frederico
470 Antonio Graccia, a vice-presidente é Laís Lopes, o secretário é Gabriel Siríaco Lira
471 e que já conta com um membro em Fortaleza, Edson Antonio Cruz Santana. Esta
472 comissão foi criada no âmbito do Conselho Federal da OAB. 3) Leitura dos
473 despachos monocráticos da Comissão de Atos Normativos: a) ofício número
474 259/2008 do Ministério Público do Estado do Paraná. Encaminhamento: esclarecer
475 ao Ministério Público do Paraná que o CONADE reiteradamente vem se
476 manifestando contra a existência do referido dispositivo regulamentar, pois é
477 inconstitucional. A CORDE igualmente manifestou-se favorável em realizar estudos
478 para retirar do Decreto a exigência de aptidão plena do candidato, mas os estudos
479 ainda não foram iniciados. Deverá ser instaurado um processo administrativo na
480 CAN para elaboração de projeto de decreto que altere o inciso primeiro, artigo trinta
481 e oito do Decreto 3298 de 1999, retirando do Decreto a exigência de aptidão plena
482 do candidato com deficiência. b) solicitação de informações sobre a contratação de
483 uma assessoria jurídica para o COMDE de Joinville. Encaminhamento: esclarecer
484 que os Conselheiros não necessitam de assessoria jurídica porque não tem
485 natureza contenciosa. Sugere-se que na composição desses conselhos tenham
486 representantes da OAB, Defensoria Pública, Ministério Público, que poderão auxiliar

487 na condução dos trabalhos. c) mensagem eletrônica do senhor Gláucio Nascimento
488 em vinte e cinco de fevereiro de dois mil e oito sobre a visão monocular. Indaga se
489 com essa deficiência poderá participar do concurso do MRE e sugere modificação
490 na lei para atender as pessoas com visão monocular. Encaminhamento: o CONADE
491 sugere que este senhor faça a sua inscrição no concurso e se ela for indeferida
492 aconselha que ajuíze ação judicial. d) ofício 618/2007 que encaminha cópia da
493 representação enviada pela ASUGOV para atendimento das reivindicações e
494 dúvidas em relação a libras. Encaminhamento: serão encaminhadas a ASUGOV
495 todas as recomendações do CONADE que tratem do tema. e) cartas do senhor
496 Sérgio Ricardo dos Santos de quatro de dezembro de dois mil e sete denunciando
497 discriminação sofrida por autoridades locais. Encaminhamento: Encaminhar
498 denúncia ao ministério Público do Paraná para providencias. f) ofício da secretaria
499 do FENEIS de dois mil e sete denunciando as instituições de ensino superior por
500 não respeitarem a lei de libras. Encaminhamento: o CONADE solicitou ao Ministério
501 da Educação que avalie a possibilidade de ensino de libras para todos. g) carta
502 recebida da Dr. Ana Maria Abrão em doze de março de dois mil e oito relatando que
503 se candidatou a uma vaga para integrar a equipe de radiologia e diagnóstico por
504 imagem dos hospitais Albert Einstein e Sírio Libanês e lhe foi negada a inscrição
505 para o processo seletivo. Encaminhamento: o caso foi encaminhado ao Ministério
506 Público de São Paulo para providências. 4) leitura das deliberações da primeira
507 Conferência Nacional dos Direitos de Pessoas com Deficiência. a) deliberação
508 número um: exigir dos governos nas suas diversas instâncias que atendam as
509 especificidades das deficiências existentes nos setores de educação, saúde, lazer,
510 trabalho, transporte e assistência social com políticas integradas nos três níveis.
511 Encaminhamento: assunto de competência do Ministério Público; será encaminhado
512 a Comissão de Políticas Públicas para que esta elabore um ofício circular dirigido a
513 todas as unidades dos Ministério Público solicitando aos órgãos públicos que
514 elaborem cronograma de cumprimento das leis voltadas para pessoas com
515 deficiência. b) União, Estados, Municípios e Distrito Federal façam a elaboração e
516 apresentação no prazo de noventa dias de relatório contendo informações sobre
517 quais políticas públicas existem na sua jurisdição relativas a pessoas com
518 deficiência. c) deliberação número 5: buscar junto ao governo federal a criação de
519 leis de incentivo fiscais para atender aos programas e projetos das entidades que
520 defendem os direitos das pessoas com deficiência. Encaminhamento: elaborar
521 projeto de lei correspondente e encaminhar a Presidência da República. d)

522 deliberação número onze: exigir a aplicação da Emenda Constitucional número
523 vinte e nove. Encaminhamento: solicitar ao Ministério da Saúde que no prazo de
524 noventa dias apresente relatório sobre a concessão de órteses e próteses no país a
525 partir de janeiro de dois mil e seis e dar conhecimento ao Conselho Nacional de
526 Saúde para acompanhamento. e) deliberação número doze: atuar na formação de
527 profissionais da área de edificações mediante cursos e eventos visando
528 conscientização quanto às necessidades de acessibilidade das pessoas com
529 deficiência. Encaminhamento: recomendação ao CONFEA que recomende
530 formalmente as associações profissionais de arquitetos, engenheiros e afins, bem
531 como a universidades e faculdades que tem cursos na área que promovam
532 constantes e periódicos cursos ou eventos que tratem do tema. f) deliberação
533 número quarenta: direcionar um percentual dos impostos recolhidos no país para o
534 incremento de tecnologias voltadas a pessoas com deficiência. Encaminhamento:
535 instaurar processos administrativos para estudos com relatoria da CORDE através
536 da SEDH. g) deliberação número quarenta e um: definir que pelo menos a
537 porcentagem de cinco centésimos do IPTU cobrado pelos Municípios deverão ser
538 investidos no financiamento da acessibilidade. Encaminhamento: solicitar a
539 Comissão de Atos estudo sobre o tema e criar lei que garanta aplicação de
540 percentual de tributos municipais. h) deliberação número quarenta e dois: garantir
541 que dois por cento da arrecadação da Federação Nacional das Entidades
542 Seguradoras sejam revertidas para acessibilidade. Encaminhamento:
543 recomendação a FENASEG que cumpra a deliberação. i) deliberação número
544 quarenta e oito: criar lei federal que obriga o Estado, Distrito Federal e Municípios a
545 implementar um conselho de direitos da pessoa com deficiência e encaminhar a
546 deliberação a Comissão de Atos para estudo de anteprojeto de lei.
547 Encaminhamento: esta lei federal seria inconstitucional, pois os entes federados
548 têm autonomia para sua organização administrativa e, portanto esse projeto de lei
549 deveria ser de autoria de cada ente. j) criar a ouvidoria com serviço de disque-
550 denúncia para fiscalizar o cumprimento do direito da pessoa com deficiência que
551 atuará em consonância com o Ministério Público para aplicação de sanções e
552 encaminhar a todos os níveis de governo para fazer cumprir essa ação
553 fundamentando na legislação vigente. Encaminhamento: avaliar se o disque cem
554 poderia suprir essa demanda. l) deliberação número cinqüenta e cinco e
555 deliberação número cento e quinze: criação de um fundo a ser constituído com
556 recursos das multas aplicadas nas empresas que não cumprirem a lei de cotas

557 visando a qualificação para o mercado de trabalho da pessoa com deficiência.
558 Encaminhamento: encaminhar a Comissão de Atos Normativos para análise. m)
559 deliberação número cento e quinze: reverter para [o fundo do conselho](#) os valores
560 referentes às multas decorrentes do não cumprimento das leis de acessibilidade
561 nas três esferas do governo, visando o custeio de programas e projetos aprovados
562 pelo conselho em prol da pessoa com deficiência. Encaminhamento: pedir
563 manifestação da Comissão de Atos Normativos nesse sentido. n) deliberação
564 duzentos e um, duzentos e três, duzentos e quatro e vinte e cinco: encaminhar
565 proposta ao Ministério do Trabalho para que a função já existente de intérprete de
566 libras seja reconhecida e regulamentada como profissão. Garantir a criação do
567 cargo de revisor em braile. Garantir a criação de cargos de leitor para cegos. Criar
568 junto a todas as esferas governamentais os cargos de interprete, guia de interprete,
569 professor de surdos, de libras, professor em técnica de braile, entre outros.
570 Encaminhamento: renovar o pedido anteriormente encaminhado ao Ministério do
571 Planejamento sobre estudo para a criação de cargos de apoio assistivo e
572 encaminhar ao Ministério do Trabalho pedido para que inclua os referidos cargos
573 nas relações de profissões. o) deliberação número duzentos e cinco: criar mediante
574 concursos públicos os cargos de instrutor de intérprete de libras, guia intérprete
575 para surdos e revisor braile. Encaminhamento: mesmo encaminhamento das
576 deliberações anteriores e recomendar que seja intensificada a capacitação em
577 libras dos professores da rede federal. p) deliberação número cento e vinte um:
578 exigir nos editais de licitação que envolvam a prestação de serviço público
579 concedido como transporte coletivo, terrestre, aeroviário e aquaviário que as
580 empresas obedeçam as normas de acessibilidade e o princípio do desenho
581 universal. Encaminhamento: recomendar a Advocacia Geral da União e aos órgãos
582 equivalentes nos governos estaduais e municipais que ao elaborarem editais de
583 licitação para concessão, permissão, autorização ou habilitação de qualquer
584 natureza observem o disposto na legislação vigente sobre acessibilidade. q)
585 deliberação cento e dezoito e deliberação setenta e cinco: proibir a colocação
586 aleatória do símbolo internacional de acesso em veículos que não disponham de
587 sistema de acesso pleno e eficaz e não certificar empresas e veículos que não
588 garantam esse direito. Padronizar em nível nacional a credencial para
589 acessibilidade a estacionamentos destinados a pessoa com deficiência.
590 Encaminhamento: encaminhar a deliberação ao Ministério Público para fiscalização
591 e encaminhar a Comissão de Atos Normativos para verificar a possibilidade de

592 atendimento da deliberação. r) deliberação cento e treze: formular uma política
593 nacional de gratuidade para pessoas com deficiência, extensiva a todos os meios
594 de transporte e com validade em todo o território nacional, implantando-se uma
595 carteira única e assegurando o direito de acompanhante. Encaminhamento:
596 elaborar parecer sobre o tema que subsidie os encaminhamentos da deliberação. s)
597 deliberação número cento e cinco: garantir percentual mínimo de quinze por cento
598 de moradia para pessoas com deficiência em programas de habitação de interesse
599 social. Encaminhamento: elaborar projeto de decreto sobre o assunto. t)
600 Deliberação oitenta e cinco, oitenta e três e setenta: houve entendimento de que
601 estas deliberações tratam de matérias que não são objeto de competência da
602 Comissão de Atos Normativos e por isso serão devolvidas à Secretaria Executiva
603 do Conselho. **8) Intervenções:** i) **Antônio Carlos Cardoso** pergunta sobre o
604 dispositivo duzentos e cinco, se há necessidade de instrutor formado em libras;
605 sugere que o termo usado seja instrutor e não professor porque o termo professor
606 traz a idéia de formação de nível superior. ii) **Laís Lopes** explicou que nessa
607 deliberação é pedido um professor, mas que o encaminhamento da comissão é
608 para cargos de instrutor. iii) **Denise Costa Granja** disse que o CONADE
609 recomendou ao Ministério da Educação que encaminhe ao Ministério do Trabalho
610 uma proposta de criação de cargos ou encaminhe proposta de lei diretamente ao
611 Congresso Nacional. iv) **Fernando A. M. de C. Ribeiro** disse que encaminhou ao
612 Ministério da Educação pedido para elaboração de proposta de cargos. v) **Kátia**
613 **Aparecida M. Barbosa** explicou que o cargo de interprete de libras já existe e o
614 cargo de intérprete já está cadastrado no Ministério do Trabalho; portanto, para
615 existir o cargo de guia intérprete e revisor de braille é necessária regulamentação.
616 vi) **Rose Valente** sugeriu que o CONADE poderia solicitar que o Ministério do
617 Planejamento viesse na próxima reunião do Conselho dar um parecer sobre o
618 andamento desse processo. vii) **Denise Costa Granja** indagou como são feitos no
619 caso de instrutores para os outros cargos. viii) **Kátia Aparecida M. Barbosa** disse
620 concordar com a idéia de Rose Valente porque reforçaria a solicitação do Ministério
621 da Educação. ix) **Laís Lopes** disse que irá reformular o encaminhamento da
622 deliberação a partir das sugestões. x) **Kátia Aparecida M. Barbosa** ponderou que
623 existem dois encaminhamentos: a vinda do Ministério do Planejamento e a
624 solicitação de cópia do processo ao Ministério da Educação. xi) **Laís Lopes** sugeriu
625 que é preciso um estudo mais aprofundado do assunto antes que seja instaurado
626 um processo administrativo. xii) **Ronaldo Tavares da Silva** entendeu que em

627 relação ao passe livre deveria ser feita uma reforma na legislação, aonde a carteira
628 nacional funcionasse também para o passe livre interestadual. xii) **Waldir Macieira**
629 **Filho** ponderou que o grande impedimento legal para que isso aconteça é a
630 autonomia municipal no transporte urbano, assunto de competência exclusiva do
631 município. xiii) **Maurício Alves Peçanha** propôs que o encaminhamento a respeito
632 do assunto deveria ser também para os estados, pois cada um tem sua lei em
633 relação ao passe livre. xiv) **Márcio Castro Aguiar** falou da importância de se
634 encontrar um caminho para resolver essa questão; sugeriu a criação de um
635 documento padronizado que seria aceito em todos os municípios brasileiros para
636 garantir o acesso ao passe livre. xv) **Waldir Macieira Filho** propôs estudar a idéia
637 de um cadastro único. xvi) **Marcos C. de Souza Bandeira** informou que a grande
638 maioria do passe livre no Brasil é utilizada no Distrito federal e em Goiás; o
639 Ministério dos Transportes está desenvolvendo um trabalho para descentralizar a
640 emissão de passe livre interestadual junto com os estados; propôs que fosse
641 convidado o Sr. Magdo Soares, coordenador do programa de passe livre do
642 Ministério dos Transportes, para expor sobre o assunto ao Conselho. xvii) **Ronaldo**
643 **Tavares da Silva** propôs que a Comissão de Atos Normativos realize um estudo
644 detalhado da Lei 8899 para daí encaminhar um documento ao Ministério dos
645 Transportes que proponha uma melhoria no serviço de passe livre e uma unificação
646 interestadual e intermunicipal. xviii) **Isaías Dias** lembrou que o passe livre é uma
647 medida compensatória, que tem prazo de validade pois quando os transportes
648 coletivos forem acessíveis todos terão que paga-los. xix) **Márcio Castro de Aguiar**
649 ressaltou que a emissão do passe livre tem demorado em torno de seis meses para
650 ser concluída. xx) **Marcos Barbosa** esclareceu que o prazo oficial do Ministério dos
651 Transportes para a emissão do passe livre é de quinze dias e que na maioria dos
652 casos a demora além desse prazo deve-se a erros feitos pelos próprios solicitantes.
653 xxi) **Laís Lopes** sugeriu que seja elaborada uma minuta de propostas de lei
654 estaduais e municipais para orientar o trabalho dos estados e municípios; afirmou
655 que todas as sugestões serão observadas. xxii) **Denise Costa Granja** disse que
656 não entendeu que na deliberação cento e vinte um quem irá encaminhar o ofício a
657 todos os Ministério será a Secretaria Especial de Direitos Humanos e não o
658 CONADE. xxiii) **Rose Valente** sugeriu que seja feita uma articulação com o
659 Ministério do Planejamento que é o órgão responsável pela regulamentação do
660 assunto. xxiv) **Márcio Castro Aguiar** expressou que é preciso que o CONADE
661 tenha a sua própria infra-estrutura de acessibilidade. xxv) **Ronaldo Tavares da**

662 **Silva** endossou a solicitação de Márcio Castro Aguiar, solicitando que o CONADE
663 tenha infra-estrutura para o trabalho dos Conselheiros com deficiência. xxvi) **Kátia**
664 **Aparecida M. Barbosa** esclareceu que é necessário que existam verbas para
665 implantação de medidas de acessibilidade, trabalho para o reconhecimento do
666 decreto 5296. xxvii) **Rose Valente** esclareceu que várias tentativas tem sido feitas
667 para que sejam contratados profissionais de braile e de libras para a CORDE. Ela
668 afirmou que a dificuldade é mais no campo da operacionalização, pois há recursos
669 para tal. Seguiu-se uma breve discussão sobre o assunto. xxviii) **Laís Lopes:**
670 sugere que a recomendação a todos os Ministérios seja feita pelo CONADE, que o
671 Ministro do Planejamento seja convocado para a próxima reunião para esclarecer
672 sobre o assunto profissões e sobre a operacionalização da acessibilidade. xxix)
673 **Valdenora da Cruz Rodrigues** manifestou-se em relação ao despacho
674 monocrático da comissão de atos normativos que foi encaminhado por ela a
675 respeito das oitenta e uma pessoas atingidas pela hanseníase que tiveram seus
676 membros amputados: solicitou que o Conselho encaminhasse as secretarias
677 municipais e estaduais de saúde recomendações para que seja implantada a lei
678 8080. Seguiu-se um debate sobre o tema. xxx) **Márcio Castro de Aguiar** sugeriu
679 que também se encaminhe o mesmo documento ao ministro da Saúde a fim de dar-
680 lhe ciência da situação e ao Conselho Nacional de Saúde. xxxi) **Alexandre de**
681 **Carvalho Baroni** coloca o assunto em votação e o encaminhamento sugerido é
682 aprovado pela Comissão de Atos. **9. Deliberação:** o relatório da Comissão de
683 Articulação de Conselhos foi aprovado pelo Plenário.

684 **5) Comissão de Orçamento e Finanças Públicas: 1. Apresentação:** O
685 Conselheiro **Marcos C. de Souza Bandeira** apresenta os trabalhos da comissão: o
686 Ministério do Planejamento não compareceu à reunião conforme solicitação do
687 CONADE; propõe-se encaminhar ao Ministério do Planejamento uma carta ou ofício
688 solicitando resposta; foi aprovada a formação do Comitê Gestor de políticas de
689 Inclusão da Pessoa com Deficiência, que prevê a participação do CONADE;
690 pretende-se desenvolver um sistema de informática que congregue de forma
691 articulada as deliberações do Conselho, a legislação relacionada com o tema e os
692 números orçamentários respectivos. **2. Intervenções:** **Alexandre de Carvalho**
693 **Baroni** considerou que é extremamente importante a participação do Ministério do
694 Planejamento nas reuniões do Conselho e para isso tem que ser desenvolvida uma
695 forma de participação mais contundente. **3. Deliberação:** Em seguida, o relatório da
696 comissão de articulação de conselhos foi aprovado pelo Plenário.

698 **6. Informe da Comissão Organizadora da II Conferência Nacional:** 1) **Alexandre**
699 **Carvalho Baroni** informou que foi decidido que Brasília sediará a Conferência e
700 apresentou a equipe do Governo do Distrito Federal: César Pessoa de Mello,
701 Márcia Muniz, Paulo Vítor Barbosa, Sergio Pimentel e Marta Barros Santos. 2)
702 Apresentação da proposta da equipe de Governo do DF. i) **Márcia Muniz**
703 apresentou a comissão de trabalho e as medidas que estão sendo implementadas
704 na cidade: construção de vilas olímpicas acessíveis, cento e quarenta ônibus
705 acessíveis com o piso rebaixado, paradas de ônibus acessíveis e urbanizadas,
706 promoção da acessibilidade em todas as obras do governo que forem construídas
707 daqui por diante, inauguração de trezentos postos policiais acessíveis. ii) **Paulo**
708 **Vítor Barbosa** complementou que foi inaugurado o campo da vila Telebrásília
709 obedecendo aos moldes da acessibilidade. 3) Manifestaram-se: i) **Kátia Aparecida**
710 **M. Barbosa** informou que existe em Brasília, na cidade satélite do gama um aluno
711 de quatorze anos, deficiente, que não tem como chegar à escola. ii) **César Pessoa**
712 **de Mello** acrescentou que o Governo do Distrito Federal lançara em breve o
713 programa “Mão na Roda” que contará com vans adaptadas para buscar pessoas
714 com problemas de locomoção para que realizem atividades de educação e trabalho
715 prioritariamente. iii) **Márcio Castro de Aguiar** relatou sua experiência em relação a
716 dificuldade de locomoção dos deficientes nas calçadas de Brasília. iv) **Maurício**
717 **Alves Peçanha** acrescentou que este programa poderia também atender as
718 pessoas com dificuldade de locomoção para atividades da área de saúde. 4)
719 Intervenções: i) **Maurício Alves Peçanha** informou que foi recebido um comunicado
720 do Estado do Pará de urgência e por isso solicitou que o CONADE encaminhe um
721 ofício a Assembléia Legislativa do Estado do Pará pedindo que seja votada a
722 criação do Conselho no Estado. ii) **Waldir Macieira Filho** sugeriu que ao invés de
723 ofício se faça uma moção. iii) **Ronaldo Tavares da Silva** propôs que juntamente
724 com a moção seja feita uma visita do CONADE a Assembléia Legislativa do Estado.
725 iv) **Waldir Macieira Filho** aceitou levar a moção em mãos para dar agilidade ao
726 processo. Seguiu-se a leitura da moção. v) **Márcio Castro de Aguiar** solicitou
727 complementá-la destacando a urgência de que as providências sejam tomadas. vi)
728 **Alexandre Carvalho Baroni** colocou a moção em votação e ela foi aprovada com
729 as modificações sugeridas. 5) **Alexandre de Carvalho Baroni**, enquanto
730 coordenador geral da Comissão, relatou a última reunião da comissão
731 organizadora: realizou-se no dia dois de abril de dois mil e oito; estiveram presentes

732 o presidente, virtualmente, Denise Granja, Niuzarete Lima, Maria do Carmo
733 Tourinho, Ângela Canabrava, Isaías Dias, Marcos Bandeira, Rogério Reis, Sandra
734 Marinho, Márcia Mendes Melo, Maria Célia e Dulce Canotilho. i) Decreto de
735 Convocação: foi encaminhado para a Secretaria Especial de Direitos Humanos e
736 agora está sendo analisado pela Casa Civil da Presidência da República, que
737 solicitou alguns esclarecimentos ao CONADE. ii) Definição das Comissões: por
738 solicitação da CORDE ficou decidido que cada Comissão seria composta
739 paritariamente de membros da CORDE e do CONADE. a) Coordenação Geral:
740 Alexandre de Carvalho Baroni; b) Comissão Técnica: Isabel Maior, Rafael Miranda,
741 Marcos Bandeira, Adinilson Marins; c) Comissão de Logística: Niuzarete, Rose
742 Valente, Maria do Carmo, Ângela Canabrava, Isaías; d) Comissão de Comunicação:
743 Lilliane, Elcio, Denise Granja, Rogério Reis. iii) **Alexandre de Carvalho Baroni**
744 esclareceu que todos os Conselheiros fazem parte da organização da Conferência.
745 As Comissões são apenas o braço operacional. 6) Visita a Uberlândia e a Brasília:
746 foi escolhida a cidade de Brasília conforme o relato anterior. A Conselheira Ângela
747 Canabrava não pode apresentar o relatório da escolha da cidade sede da
748 Conferência porque precisou ausentar-se da reunião. 7) Estruturação da
749 Conferência: **Alexandre de Carvalho Baroni** apresentou o programa da
750 Conferência que deverá ser aprovado pelo plenário do CONADE: a) data e local: de
751 primeiro a quatro de dezembro de dois mil e oito em Brasília no Espaço 21, Centro
752 de Convenções anexo ao Hotel Meliá. b) dia trinta de novembro: chegada das
753 delegações a Brasília. c) dia primeiro de dezembro: 9h às 13h - credenciamento dos
754 delegados; 12h às 14h - almoço; 14h às 18h - plenária um para abertura simbólica
755 da Conferência e aprovação do regimento interno; 19h30 - abertura da Conferência
756 com a presença do Presidente da República e demais autoridades; 21h - jantar e
757 programação cultural. d) dia dois de dezembro: 9h às 12h - mesa redonda com
758 debate sobre um dos eixos temáticos da Conferência; 12h às 14h - almoço; 14h às
759 15h - painéis com temas específicos; 15h às 15h30 - coffee break; 15h30 às 18h -
760 grupos de trabalho; 18h às 19h30 - plenária para fechamento do dia de trabalho,
761 jantar e programação cultural. e) dia três de dezembro: 9h às 12h - mesa redonda
762 com debate sobre um dos eixos temáticos da Conferência; 12h às 14h - almoço;
763 14h às 15h - reunião das delegações das cinco regiões do país; 15h às 15h30 -
764 coffee break; 15h30 às 18h - grupos de trabalho; 18h às 19h30 - plenária para
765 fechamento do dia de trabalho, jantar e programação cultural. f) dia quatro de
766 dezembro: todo o dia dedicado a plenária final e, no final da tarde, reunião dos

767 delegados da sociedade civil e governamentais para eleição da gestão do CONADE
768 2009 a 2011. 8) Informes Finais: a próxima reunião de organização será realizada
769 no dia dois de maio em Brasília; foi decidido com a Secretaria especial de Direitos
770 Humanos que os delegados da sociedade civil teriam hospedagem, alimentação e
771 transporte interno financiados. 9) Intervenções: i) **Laís Lopes**: acredita que o final
772 do último dia de reunião é um espaço muito pequeno para realizar a eleição das
773 vagas dos Conselheiros da sociedade civil para o CONADE. ii) **Antônio Carlos**
774 **Cardoso**: sugeriu que seja feita uma escolha criteriosa dos interpretes de libras para
775 a Conferência para que os surdos não tenham qualquer tipo de prejuízo. **Laís**
776 **Lopes** sugeriu que sejam pensados critérios técnicos específicos para constarem
777 nos editais de licitação que tenham por objetivo a contratação desses profissionais.
778 iii) **Márcio Castro de Aguiar** apontou que seja dada atenção à questão da
779 acessibilidade material similar a preocupação com os profissionais intérpretes. iv)
780 **Alexandre Carvalho Baroni** disse que a comissão organizadora da Conferência
781 estará atenta a todas essas particularidades. 10) A proposta de programação da
782 Conferência é colocada em votação, com a ressalva de Laís Lopes de que o tema
783 eleição não seja deliberado. O relatório é aprovado pelo Plenário.

784
785 **7. Relato do Comitê de Monitoramento da Convenção da Guatemala:** 1)
786 Apresentação: **Alexandre Carvalho Baroni** relatou que em dois mil e oito deve ser
787 realizada a segunda reunião formal do Comitê para trabalhar as questões relativas
788 ao direito da pessoa com deficiência no âmbito das Américas. Foi trazida para o
789 Governo brasileiro a proposta de que o Brasil seja a sede desta reunião. A
790 Secretaria Especial de Direitos Humanos e o Itamaraty se colocaram a disposição.
791 Será proposto para a OEA que a reunião aconteça no Brasil no mês de junho. O
792 Panamá quer novamente sediar a reunião, mas o Brasil e outros países da América
793 Latina são contrários a isso. Há uma grande demanda dos membros do comitê para
794 uma maior participação da sociedade civil na reunião, ao contrário do que houve na
795 primeira porque o Panamá cerceava essa participação. 2) **Fernando A. M. de C.**
796 **Ribeiro** complementou que está sendo providenciado o mais breve possível que a
797 delegação brasileira em Washington apresente a OEA uma nota informando da
798 disponibilidade brasileira.

799
800

801 **8. Relato Sobre a Criação de GT Sobre Pessoas com Deficiência na Reunião**
802 **de Altas Autoridades de Direitos Humanos do MERCOSUL:** 1) Apresentação:
803 **Fernando Ribeiro** apresentou o tema explicando que a cada seis meses um país
804 diferente assume a presidência do MERCOSUL. No segundo semestre do ano
805 passado, na gestão do Uruguai, o Ministro sugeriu que a temática fizesse parte da
806 pauta e a Dra. Isabel fez um relato sobre a realidade brasileira, a legislação, o
807 CONADE e a CORDE. No primeiro semestre desse ano, durante a presidência da
808 Argentina, o assunto não evoluiu, pois neste país o assunto é tratado como um
809 problema de saúde e não como um problema de direitos humanos. Porém, o
810 Presidente reiterou e têm-se agora duas reuniões por ano. Durante a primeira
811 reunião de dois mil e oito, realizada em março decidiu-se pela criação de um grupo
812 de trabalho exclusivo sobre o tema pessoas com deficiência. Isso significa um
813 avanço em termos de marco legal no âmbito do MERCOSUL. No segundo semestre
814 desse ano a presidência será brasileira e este pode ser o momento para que o
815 Brasil contribua com o avanço do assunto nos outros países da região.

816
817
818 **9. Informes Gerais:** i) **Ronaldo Tavares da Silva:** registrou o aniversário da
819 Federação Brasileira de Entidades de e para Cegos, cumprimentando a todos em
820 nome do atual presidente José Antonio Ferreira Freire. ii) **Márcio Castro de Aguiar**
821 relatou que esteve representando o CONADE no grupo de trabalho da Câmara
822 Setorial do Livro, abordando a assunto do livro acessível. Conta que foi formatada
823 uma proposta chamada de braile digital. Solicitou que o CONADE resgate onde está
824 esse processo, pois está no âmbito do governo. Com este controle será possível
825 que em consulta pública possa ser estimulada a participação da sociedade civil e
826 dos interessados para a construção do texto final do Decreto sobre o tema. iii)
827 **Waldir Macieira Filho** solicitou que o CONADE se posicione acerca da decisão do
828 TRT de São Paulo que flexibilizou o entendimento sobre a Lei 8213 que isenta
829 empresas de cumprirem a cota de contratação de pessoas com deficiência que não
830 tenham qualificação, desobrigando essas empresas por se tratar de um serviço do
831 Estado. O Ministério Público do Trabalho está apresentando recurso a essa
832 decisão. Sugeriu que o CONADE faça uma nota pública de repúdio a essa decisão
833 e que a Comissão de Atos Normativos faça uma análise do assunto e informe o
834 Conselho. **Janilton F. Lima** informou que várias empresas usam a mesma
835 fundamentação que o TRT usou para não contratar pessoas com deficiência. **Laís**

836 **Lopes** pondera que esta decisão poderá abrir um precedente jurisprudencial que
837 poderá ser invocado em outros processos posteriores a respeito do não
838 cumprimento da lei de cotas. Sugere que o CONADE faça uma nota endereçada a
839 próxima instância que vai julgar esse processo que é o Tribunal Superior do
840 Trabalho. iv) **Maurício Alves Peçanha** informou que no dia onze de maio
841 aconteceu um encontro do Ministério Público com relação à defesa dos idosos e da
842 pessoa com deficiência. Propôs levar uma solicitação para que o Ministério Público
843 possa sempre atuar em consonância com os trabalhos de defesa da pessoa com
844 deficiência. v) **Marcos C. de Souza Bandeira** relatou sobre a palestra que proferiu
845 na abertura da Segunda Conferência Municipal da Defesa do Direito da Pessoa
846 com deficiência. **Andréa Duarte Lins** convidou para o sétimo Congresso de
847 Prevenção de DST e AIDS que acontecerá em Florianópolis nos dias vinte e cinco a
848 vinte e oito de junho, pois no primeiro dia no turno da manhã haverá um fórum
849 sobre deficiência, AIDS e HIV. Ela solicitou que os demais Conselheiros
850 divulgassem o evento. vi) **Laís Lopes** relatou que representou o CONADE no
851 evento da FEBRABAN de lançamento de um programa de senso no setor bancário
852 para identificar a diversidade humana dentro do país. vii) **Ermelinda Christiane A.
853 de Paula** convidou para uma audiência pública no dia vinte e quatro de abril na
854 Câmara dos Deputados que tratará da contratação de assistentes sociais para o
855 INSS, pois o Decreto 6214, que trata da avaliação social para inclusão e concessão
856 de benefício não poderá ser cumprido. viii) **Alexandre Carvalho Baroni** relatou sua
857 participação na primeira Conferência Municipal do Direito da pessoa com deficiência
858 de Manaus.

859
860 **10. Encerramento:** O presidente do CONADE, Dr. **Alexandre Carvalho Baroni**,
861 agradeceu a todos os presentes e encerrou a Sessão.

862

863

864

ALEXANDRE CARVALHO BARONI

865

Presidente do CONADE